

Como fica a pauta climática com Trump¹

Munir Soares²

Em um 2024 caracterizado por eventos extremos, como as chuvas intensas no Rio Grande do Sul e em Valência e as secas históricas na Amazônia e no Pantanal, os países se reuniram na COP29, em Baku, no Azerbaijão, com o objetivo de redefinir mecanismos de financiamento para enfrentar os desafios climáticos. Apesar de avanços, particularmente na regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris, que viabiliza o desenvolvimento de um mercado global de carbono operacional, os compromissos financeiros acordados em US\$ 300 bilhões anuais até 2035 para implementar metas de mitigação permaneceram aquém do esperado.

Este cenário de avanços limitados coincidiu com a reeleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, intensificando temores de um retorno a políticas ambientais marcadas por ceticismo em relação a acordos climáticos internacionais. No entanto, os eventos extremos impulsionaram iniciativas em esferas públicas e privadas nos EUA, enquanto o setor empresarial avançou em compromissos com a transição energética. Dados indicam que aproximadamente 85% dos investimentos, somando US\$ 107 bilhões, e 68% dos empregos diretos criados pelo programa Inflation Reduction Act (IRA) beneficiaram distritos representados pelo Partido Republicano, com destaque para setores como energia renovável, veículos elétricos e baterias.

Assim, embora um segundo mandato de Trump possa enfraquecer a abordagem multilateralista dos EUA, será desafiador ignorar as implicações econômicas e políticas de desmontar os mecanismos atualmente em vigor, afinal, a economia verde americana já é realidade e tem fortes grupos de interesse. Uma reversão abrupta dessas políticas poderia levar à perda de empregos e investimentos estratégicos em regiões-chave para o apoio republicano.

Com a liderança federal em segundo plano, ações climáticas lideradas por governos estaduais e empresas privadas podem preencher o vazio. Estados como Nova York, Pensilvânia, Maryland e Vermont já estudam a adoção de seus próprios programas de limite de emissões e venda de créditos de carbono excedentes (cap-and-trade) similares aos já adotados na Califórnia, fortalecidos pela decisão da Suprema Corte dos EUA que afirma o direito dos Estados de regularem emissões de forma independente.

Da mesma forma, corporações privadas, particularmente no setor de tecnologia, como Microsoft, Google, Amazon e Meta, estão ampliando voluntariamente seus investimentos em remoção de CO₂. Essas empresas têm aumentado sua participação em mercados de carbono e cobrado clareza do governo americano sobre o tema. Além disso, alguns setores da economia já começam a sentir os efeitos das mudanças climáticas. Seguradoras, por exemplo, têm arcado com perdas importantes vindas do crescimento na intensidade e frequência de eventos naturais.

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível

em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/como-fica-a-pauta-climatica-com-trump.ghml> Acessado em 02.01.2025

² Doutor em Energia e Mudanças Climáticas pela USP, sócio-fundador e CEO da Systemica.

No cenário internacional, a reeleição de Trump pode significar um retrocesso na adesão do país a estruturas multilaterais, como o Acordo de Paris. Já na gestão Biden, a política externa climática apresentava lacunas, evidenciadas por contribuições ao Fundo Amazônia cerca de 10 vezes menores do que o acordado. Esse contexto é agravado pelos resultados das negociações da COP de Baku, que influenciaram diretamente os acordos sobre o Novo Objetivo Quantificado Coletivo de Financiamento Climático (NCQG). A meta de US\$ 300 bilhões anuais a serem mobilizados pelos setores público e privado até 2035 ficou aquém das necessidades estimadas, que superam US\$ 1 trilhão anuais a partir de 2025. Dessa maneira, a eventual redução do engajamento dos EUA destaca a urgência de diversificar as fontes de financiamento climático para os países do Sul Global, envolvendo novos atores e explorando mecanismos de mercado para compensar o déficit financeiro e acelerar a transição climática.

Será desafiador desmontar as políticas em vigor, afinal a economia verde americana já é realidade. Uma reversão abrupta poderia levar à perda de empregos e investimentos estratégicos em regiões-chave para o apoio republicano

Na possível ausência dos EUA, outras nações estão prontas para preencher a lacuna de liderança. A China, atualmente o maior emissor mundial de gases de efeito estufa, por exemplo, posiciona-se como líder de setores estratégicos ao desenvolver energias renováveis, baterias e veículos elétricos.

Apesar das recentes mudanças políticas que poderiam levar a um alinhamento com o pensamento trumpista, a Europa dificilmente recuará em seus compromissos regulatórios, como o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM), que continuará a influenciar a dinâmica do comércio internacional, ainda que com um certo protecionismo ambiental.

Já o Brasil se encontra em um momento chave, com potencial de tornar-se um líder global em desenvolvimento sustentável e transição energética. Nossa matriz elétrica é uma das mais limpas e integradas do mundo. E deve ficar cada vez mais sustentável e barata à medida que as energias eólica e solar se tornem suas fontes primárias. O potencial é que, juntas, elas cheguem a quase metade da capacidade instalada, ante os 15% de hoje. Falando em cifras, trata-se de um mercado adicional de US\$ 11 bilhões nas próximas décadas.

Segundo a McKinsey, o país poderia evoluir para um centro de energias renováveis e reduções e remoção de carbono, cumprindo suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e atraindo investimentos substanciais em biocombustíveis, soluções baseadas na natureza e hidrogênio verde. O mesmo estudo aponta um potencial de adição de US\$ 100 bilhões ao PIB brasileiro bem como a geração de 6,4 milhões de empregos em 2030.

A COP30, em Belém, surge como uma oportunidade estratégica para o Brasil assumir protagonismo na governança climática global, especialmente em um cenário internacional fragmentado e complexo, marcado por desafios na mobilização de financiamento para o clima e pelas expectativas de enfraquecimento do engajamento dos EUA. Ao priorizar soluções baseadas na natureza e biodiversidade, o Brasil pode explorar seu potencial único para liderar negociações essenciais para os países do Sul Global. No entanto, o sucesso dependerá de uma articulação diplomática robusta, políticas domésticas consistentes e alianças internacionais estratégicas, consolidando sua posição como líder mundial e destino prioritário para investimentos sustentáveis em um contexto de cooperação global fragilizada.